



# O SECTOR AGRÍCOLA NO CONCELHO DE S. BRÁS DE ALPORTEL EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO ATUAL

Ezequiel de Almeida Pinho

DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PISCAS DO ALGARVE | JUNHO 2019



# O SECTOR AGRÍCOLA NO CONCELHO DE S. BRÁS DE ALPORTEL EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO ATUAL

Ezequiel de Almeida Pinho



DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO ALGARVE

JUNHO 2019



## INTRODUÇÃO

Encontramo-nos nas vésperas do lançamento dos trabalhos que conduzirão à publicação de um novo Recenseamento Agrícola por parte do Instituto Nacional de Estatística.

Volvida uma nova década, temos de ter presente donde partimos, para saber interpretar a nova situação que os números nos irão revelar.

Naturalmente que o recenseamento procura captar aspetos estruturais, aos quais se associa maior estabilidade e permanência, não sendo de esperar alterações radicais. Porém, os novos números podem revelar manutenção, intensificação ou mesmo inversões de tendência, bloqueios de certas dinâmicas, ou o iniciar de outras.

Ao mesmo tempo, encontramo-nos igualmente nas vésperas do lançamento dos trabalhos de um novo quadro comunitário. É um momento privilegiado para avaliar o que se encontra em fase de conclusão, e fazer com que o novo seja capaz de remover os obstáculos que identificámos, e que vá ao encontro do que desejamos para o futuro.

Temos hoje novos instrumentos de intervenção. Legislação recente reconhece a relevância económica e social da *Agricultura Familiar*, consagrando o seu estatuto. Ao mesmo tempo é também reconhecido o carácter diferenciado do empreendedorismo em meio rural, consagrando igualmente um estatuto para o "*Jovem Empresário Rural*".

Do novo enquadramento para as ajudas comunitárias, espera-se um reforço das preocupações pelo ambiente, pela sustentabilidade, pelo respeito, pela proteção, pela recuperação dos recursos naturais, um reconhecimento mais claro dos sistemas e modos de produção que favorecem esses recursos, novos fatores de definição da qualidade dos alimentos, reforço da segurança alimentar.

Tudo aponta para que novos enquadramentos, novos incentivos e novas opções de política agrícola, possam vir a ser mais *inclusivos* para territórios como S. Brás de Alportel. Saber como estamos e como aqui chegámos, caracterizar bem a nossa situação atual, constitui o primeiro passo para que possamos manter uma expectativa otimista quanto ao futuro.

## A OCUPAÇÃO DO SOLO

A ocupação do solo constitui um dos principais elementos definidores das opções económicas e do contributo do território para a proteção e diversidade dos ecossistemas nele presentes, assim como para a qualidade de vida dos que o habitam.

Os espaços florestais e o *pomar de sequeiro algarvio*, ocupações associadas sobretudo à Serra e ao Barrocal, são reconhecidas como capazes de oferecer um contributo positivo para a melhoria do ambiente e da paisagem, aspeto particularmente importante numa região que faz do turismo a sua principal atividade económica, e para um concelho que encontra na natureza o *bom sabor de neleviver*.

A tendência das alterações, as formas como o território é gerido podem, ou comprometer ou promover, a sustentabilidade do seu uso e a própria sustentabilidade do desenvolvimento que suporta.

A avaliação das alterações ocorridas na ocupação e uso do solo pode ser feita com recurso às *Cartas de Uso e Ocupação do Solo (COS) de Portugal Continental* de 1995 e 2010. Alterações “finas”, ocorridas no domínio da agricultura, são melhor captadas pelos resultados dos Recenseamentos Agrícolas, conduzidos decenalmente pelo INE. Começamos por utilizar as primeiras, socorrendo-nos das operações censitárias depois.

Em termos de ocupação do solo, em 2010, dos 15 mil hectares de área do concelho, 9 mil integram a categoria “*Florestas*”. Juntando à floresta a área correspondente a “*Matos*” (vegetação espontânea com coberto arbustivo superior a 25%), chegamos aos 78% de solo ocupado. A restante área é partilhada pela atividade agrícola (2.300 hectares ou 15,2%), e pela superfície afeta ao tecido urbano e industrial, que se situa nos 4,7%.

Comparativamente ao Algarve no seu conjunto, o concelho apresenta-se com menores índices, relativamente à média, em todas as megaclasse<sup>1</sup> de ocupação do solo, com exceção da “*Floresta*”, onde os seus 58,6% a colocam francamente acima dos 38,6% da média distrital. Coincidem, porém, distrito e concelho, no facto de ser à floresta que destinam a maior proporção do uso do seu solo.

---

<sup>1</sup> As megaclasse de ocupação / uso do solo são “*territórios artificializados*”, “*agricultura*”, “*pastagens*”, “*sistemas agro-florestais*”, “*floresta*”, “*matos*”, “*espaços descobertos ou com vegetação esparsa*”, “*zonas húmidas*” e “*corpos de água*”.

Se considerarmos os três mais importantes usos, “*floresta*”, “*matos*” e “*agricultura*”, eles coincidem pela ordem indicada, no distrito e no concelho. As divergências só ocorrem a partir da quarta posição, ocupada por “*território artificializados*” em S. Brás, e por “*pastagens*”, no Algarve.

Também relativamente aos territórios vizinhos, S. Brás perde na proporção da sua área agrícola e do seu território artificializado (exceção feita a Tavira, neste último), e ganha na sua área florestal. Esta característica é ainda mais realçada pelo facto de dois dos seus vizinhos, Faro e Olhão, se destacarem, até mesmo a nível nacional, pela escassíssima percentagem da sua área florestal. Trata-se, portanto de um concelho com uma vocação natural bem vincada. Se considerarmos as áreas de floresta, matos e agrícola (e tendo em conta as características da agricultura) no seu conjunto, podemos considerar estar face a um concelho muito marcado pela sua *natureza bucólica*.

Uma megaclasse ainda não referida, e que destaca, a nível nacional, S. Brás de Alportel pela sua reduzida superfície, respeita a “*corpos de água*”. Do ponto de vista hidrográfico, S. Brás inclui-se na *Bacia das Ribeiras do Sotavento*, estando longe de ser abundantes as suas águas superficiais, decorrentes da presença de linhas de água, ou de inserção em aproveitamentos hidroagrícolas. O concelho dispõe, porém, de recursos subterrâneos, nomeadamente o Sistema Aquífero de S. Brás de Alportel, que se estende de S. Brás a Loulé<sup>2</sup>. Não surpreende que, de acordo com o Recenseamento Agrícola de 2009, o número de explorações agrícolas com superfície irrigável seja de 136 (cerca de 1/3 das explorações agrícolas existentes), e a superfície suscetível de ser irrigada de 116 ha, correspondentes a menos de 4% da superfície agrícola utilizada.

---

<sup>2</sup> Trata-se de um sistema de pequenas dimensões com recargas difusas, e algumas exsurgências, sendo a mais visível pela sua exuberância e pelo local, a que periodicamente ocorre nos Machados.

Sendo verdade que estamos face a um aquífero de importância menor no contexto do distrito, (as extrações, para todos os usos, nomeadamente rega e abastecimento público, situam-se nos cerca de 2 hm<sup>3</sup> / ano), também é verdade que não estará aí, nem na qualidade da água, o principal fator limitante ao aumento da área irrigável nas explorações, até porque ela tem vindo a diminuir ao longo dos últimos trinta anos. Em 1989, o mesmo indicador apontava 600 ha como superfície irrigável no concelho (em 2009, relembre-se, passou a 116). Não se tendo alterado a disponibilidade de água, foram certamente opções de gestão, naturalmente informadas por condições técnicas das explorações agrícolas, que levaram a esta redução. O sequeiro continua, portanto, a predominar no concelho, tal como confirmam os dados fornecidos pelo RGA de 2009, onde a percentagem de explorações com sistema de rega é de 32%, a mais baixa do distrito depois de Alcúcutim.

Mas, olhemos um pouco mais de perto para as características da agricultura local, tendo por base a informação dos Recenseamentos Agrícolas.



A AGRICULTURA

Podemos constatar, pelo quadro seguinte e tendo por base os critérios dos Recenseamentos Agrícolas a que obedece, que a agricultura no concelho ocupa cerca de 5 mil hectares, embora vinte anos antes ocupasse o dobro da área. Esta área difere dos 2.300 hectares apurados através das “cartas”, pois, neste contexto, a área agrícola não se limita à ocupada com agricultura no momento da elaboração da “carta”, mas sim a uma área mais alargada, correspondente a toda a área ocupada pela “exploração agrícola”<sup>3</sup>. Esta nova definição de **área agrícola**, mais próxima da realidade social e económica, remete-nos para cerca de 1/3 da superfície total do concelho, que corresponde a 153 km<sup>2</sup> (ou 15.300 ha).

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS

Composição da Superfície Total das Explorações						
	2009		1999		1989	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
S. Brás de Alportel						
SAU	3.073	62%	1.867	35%	2.699	30%
Matas e Florestas s/ culturas sob coberto	763	16%	2.580	48%	4.629	51%
SANU	1.103	22%	906	17%	1.724	19%
Outras Superfícies	17	0%	43	1%	17	0%
<b>Superfícies Total das Explorações</b>	<b>4.956</b>	<b>100%</b>	<b>5.396</b>	<b>100%</b>	<b>9.069</b>	<b>100%</b>

Fonte: INE, Recenseamentos Agrícolas

<sup>3</sup> Unidade técnico-económica que utiliza fatores de produção comuns, tais como: mão-de-obra, máquinas, instalações, terrenos, entre outros, e que deve satisfazer obrigatoriamente as quatro condições seguintes: 1. produzir produtos agrícolas ou manter em boas condições agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos; 2. atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, número de animais); 3. estar submetida a uma gestão única; 4. estar localizada num local bem determinado e identificável. (INE)

### Superfície Agrícola Total e Utilizada

A *superfície agrícola total* distribui-se em 62% pela *superfície agrícola utilizada*<sup>4</sup>, e 22% pela não utilizada (SANU), correspondendo a restante área a “*matas e florestas sem culturas sob coberto*”.

Tendo em conta o comportamento do número de explorações (diminuíram de 945 para 420) e a área de SAU (que aumentou), a área média de SAU por exploração, passou de 2,8 ha em 1989, para 7,3 ha em 2009.

Este aumento, embora possa sugerir uma melhoria da capacidade económica das explorações do concelho, é francamente enganador por duas razões essenciais.

Uma é de ordem “estatística”, e resulta indiretamente do facto de S. Brás ser um dos três concelhos algarvios sem litoral. Em termos de Recenseamento Agrícola significa que terá sido, comparativamente a quase todos os restantes, um dos mais “afetados” pela alteração do conceito estatístico de “**exploração agrícola**”, unidade estatística do universo analisado nos recenseamentos. Ser “*exploração agrícola*” passa a aplicar-se aos casos em que a SAU é superior a 1 hectare (anteriormente a área mínima exigida era de 5.000 m<sup>2</sup>), abrindo exceção para as explorações intensivas e especializadas, onde áreas mais pequenas permitem aceder ao estatuto. Ora, é justamente da exceção que resulta o efeito de redução no caso de S. Brás. As explorações agrícolas, pequenas, intensivas e especializadas (caso das “estufas”), estão sobretudo presentes no litoral. Em maior ou menor grau, as freguesias do litoral não experimentaram tanta redução no seu universo estatístico entre 1979 e 1989, quanto S. Brás. E esse efeito é ainda maior para o número e área das explorações agrícolas de S. Brás, pelo facto de passar a não ser contabilizado para a SAU a superfície florestal.

Porém, aqui há uma aparente contradição, uma vez que a SAU em S. Brás, um pouco surpreendentemente, regista um aumento substancial no último decénio considerado, como se constata pelo quadro anterior. Ensaia-se uma explicação para este facto, ao mesmo tempo que se enuncia a segunda razão para o aumento da área média das explorações.

---

**4 SAU - Corresponde à Superfície Agrícola Utilizada** da exploração que inclui: terras aráveis (limpa e sob-coberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes. É, portanto, uma parte da superfície total, que corresponde à soma da superfície agrícola utilizada, da superfície das matas e florestas sem culturas sob coberto, da superfície agrícola não utilizada e das outras superfícies da exploração.

De facto, se a primeira razão está relacionada com o denominador da relação *SAU/nº explorações* (redução do número de explorações), outra prende-se com o surpreendente aumento do numerador, ou seja, a própria SAU. É verdade que ela regista um aumento mas, se tivermos em conta sua composição, o que nela mais aumentou foram as designadas “*terras aráveis*”, e nelas as áreas de *pousio*, que passaram de 276 ha em 1999, para 1.475 ha em 2009. É o que se pode constatar a partir do quadro a seguir, onde nos concentramos exclusivamente na composição da SAU.

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS

Composição da Superfície Agrícola Utilizada das Explorações						
	2009		1999		1989	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
S. Brás de Alportel						
Terras aráveis	1.503	49%	486	26%	1.055	39%
(das quais pousios) .....	1.475	98%	276	57%	334	32%
Horta Familiar	14	0%	19	1%	28	1%
Culturas Permanentes	1.401	46%	1.326	71%	1.497	55%
(das quais citrinos) .....	94	7%	144	11%	111	7%
(Frutos Casca Rija) .....	649	46%	615	46%	707	47%
(Olival) .....	555	40%	444	33%	491	33%
(Vinha) .....	22	2%	43	3%	42	3%
Pastagens Permanentes	155	5%	36	2%	119	4%
Superfície Agrícola Utilizada das Explorações	3.073	100%	1.867	100%	2.699	100%

Fonte: INE, Recenseamentos Agrícolas

Tenha-se em conta que o conceito de “*pousio*”, inclui terras não trabalhadas, sem qualquer cultura, não fornecendo colheitas durante toda a campanha, com vegetação espontânea.

Conjugando a informação dos dois quadros anteriores podemos, portanto, constatar que a SAU aumentou a sua área:

- em resultado de transferências de “*matas e florestas s/ culturas sob coberto*”, que reduziram o seu peso na composição da superfície total das explorações. Esta transferência de “*matas e florestas*” para SAU pode ter explicação nos quase 5 mil hectares de área ardida no decénio 2000-2010<sup>5</sup>. O desaparecimento do coberto florestal pode ter levado a que algumas dessas áreas tenham passado a ser classificadas como SAU;
- e, na sua composição interna, passou a ter 98% das suas “*terras aráveis*” ocupadas por pousios (ou seja, não ocupadas).

Visto de outra maneira, adicionando “*pousios*”, a “*pastagens permanentes*”, a “*matas e florestas sem culturas sob coberto*”, a “*superfície agrícola não utilizada*”, chegamos a 3.476 ha, aproximando-nos dos 3/4 da superfície total das explorações. Esta pode ser a nossa melhor estimativa da parte da superfície total das explorações onde é escassa, ou não ocorre de todo, “*intervenção humana*”. Será este um bom indicador das dificuldades atuais, que se avolumam ano após ano, de gestão do território por parte da agricultura.

### Culturas Permanentes

A outra metade da SAU é ocupada por culturas permanentes, onde pontificam “*frutos de casca rija e alfarroba*”, “*olival*” e, com menor área, os “*citrinos*” e a “*vinha*”. Entramos num domínio, que constitui a fortaleza da agricultura mediterrânica algarvia. Se, num contexto distrital, podemos dizer que o peso da cultura dos citrinos, com 2/3 da área total nacional, expressa a marcada vocação do algarve para a cultura, já em S. Brás de Alportel são as fruteiras de sequeiro, nele incluindo oliveiras, alfarrobeiras, amendoeiras e figueiras, que definem a vocação do concelho. Aqui, os citrinos passam claramente para um segundo plano (7% da SAU), certamente por razões já afloradas relativamente à importância do regadio no concelho, e são as fruteiras de sequeiro que se afirmam como dominantes.

---

<sup>5</sup> De acordo com as estatísticas florestais (ICNF, DGRF, IFCM), a superfície ardida em S. Brás de Alportel foi de: 2002 – 483 ha ; 2004- 2.787 ha ; 2009 – 1.586 ha

Mas, juntando às “*fruteiras de sequeiro*” o sobreiro e a azinheira, falar em “árvores dominantes” pode ser verdadeiro, mas é também enganador. O que efetivamente domina são os dois “sistemas” em que elas se integram. Um, de base florestal, o “*montado*”; outro, de raiz agrícola, o “*pomar tradicional de sequeiro*”. É a forma, individual, como por vezes abordamos cada uma das árvores citadas, que nos faz perder de vista que elas são parte integrante de um todo que se interliga e interage. A própria distinção que hoje fazemos entre floresta e agricultura, revela-se desadequada como forma de abordar esta realidade. As dificuldades são evidentes: alfarrobeira (ou pinheiro manso, ou castanheiro, ou medronheiro) tanto podem ser consideradas espécies florestais como agrícolas; o sobreiro ou a azinheira são espécies florestais mas, se no seu subcoberto for desenvolvida a atividade agrícola e pecuária, as explorações onde tal ocorre deixam de ser *florestais*, e passam a *agrícolas*. O que é relevante não são, pois, as espécies consideradas, mas sim os *sistemas* em que a sua presença ocorre e se enquadra.

### Sistemas agro-silvo-pecuários

Os dois sistemas agroflorestais tradicionais do Algarve estão presentes, e são dominantes, no concelho de S. Brás de Alportel: o *montado* e o *pomar misto de sequeiro*. Ambos se caracterizam por combinar árvores, com herbáceas e animais. As lenhosas acedem à humidade de zonas mais profundas do solo, as herbáceas à de zonas mais superficiais, secando nos meses em que habitualmente não chove. Umas ou outras (lenhosas ou herbáceas) dão frutos ou grãos utilizados na alimentação da componente animal do sistema, que inclui gado (pequenos, grandes ruminantes, suínos, ou outros) e/ou fauna bravia<sup>6</sup>.

Assim acontece no *montado* (de sobreiro ou azinheira), presente nos solos xistosos da Serra e em explorações de maior dimensão, e no *pomar tradicional de sequeiro*, presente nos solos calcários do Barrocal Algarvio.

Neste segundo caso, a componente lenhosa é constituída por povoamentos mistos de amendoeiras, oliveiras, alfarrobeiras e figueiras. No subcoberto praticam-se rotações de leguminosas-cerais-pousio. Os animais presentes variam entre animais de trabalho, suínos, ovinos ou caprinos e aves, alimentando-se da pastagem existente, de restolhos, de triturado com origem na alfarroba, de detritos ar-

---

<sup>6</sup> Carvalho, J. H. Brito *O Sequeiro Algarvio*, 1992 p. 7 e seguintes.

bóreos ou mesmo restos de alimentação humana. O sistema assegura produtos destinados ao abastecimento próprio (como favas, chicharos, grão, azeite, carne), e excedentes para comercialização (como figo, azeitona, carne, enchidos, alfarroba), além de outros produtos, como lenha, carvão, queijo (sobretudo de cabra), mel e outros produtos da apicultura. Este sistema, para além da sua elevada multifuncionalidade produtiva, é também bastante “versátil”, não sendo difícil acomodar a presença de vinha, de algumas culturas primaveris, culturas regadas, citrinos ou outras fruteiras.

Já o “*montado*” consiste, adotando a definição de Manuel Belo Moreira (citada por Mendes 2002<sup>7</sup>), num «*sistema de produção agro-silvo-pastoril em clima mediterrâneo, posto em prática por explorações de grande dimensão, que associa uma presença arbórea – sobreiro, azinheira ou pinheiro em aproveitamento estreito ou misto de baixa densidade por hectare – com a exploração extensiva de gado aproveitando os recursos pascícolas do sob-coberto, podendo ainda contar com aproveitamentos de área de terra limpa*». Apesar do mais elevado valor nutritivo do fruto da azinheira (bolota) para alimentação animal, quando comparado com o do sobreiro (a lande), o montado dominante em S. Brás de Alportel é o de sobreiro, dado o valor económico da sua casca e da qualidade obtida, de que o concelho tanto se orgulha. Com toda a legitimidade, acrescente-se.

O montado tem, portanto, como produtos principais, a cortiça (obtida cada nove anos, depois da desbóia<sup>8</sup>, que ocorre ao fim de um mínimo de 25 anos, sublinhe-se<sup>9</sup>), o porco de montanha (alimentado de folhas e frutos do sobreiro e em liberdade, na pastagem), a lenha, o carvão, a madeira, o mel, e alguns produtos agrícolas que possam ser feitos no sob coberto, e também produtos silvestres, como plantas aromáticas e medicinais, cogumelos diversos.

Ambos os sistemas, apesar das suas reconhecidas qualidades e papel na defesa do ambiente e da biodiversidade, vivem hoje dias difíceis. Várias ameaças, hoje bem identificadas e caracterizadas, fazem temer pelo seu futuro. Relembrem-se:

---

7 MENDES, Américo M. S. Carvalho A *ECONOMIA DO SECTOR DA CORTIÇA EM PORTUGAL. Evolução das actividades de produção e de transformação ao longo dos séculos XIX e XX* Porto 2002.

8 Designação dada à primeira tiragem da cortiça.

9 É importante que não nos esqueçamos do tempo que medeia entre a “decisão de plantar” e o início da obtenção de rendimento.

- a instabilidade e tendência decrescente dos preços dos produtos oriundos destes sistemas destinados ao mercado;
- o abandono da população das áreas rurais por falta de oportunidades, e a consequente diminuição da presença da agricultura familiar;
- as dificuldades e custos na obtenção de mão-de-obra exterior à exploração;
- ausência ou inadequação de apoios, incentivos e/ou medidas de política específicas para estes sistemas de produção mais complexos, aspeto que terá de estar presente sempre que haja possibilidade de reformular ou alterar medidas os estabelecer prioridades.

Tome-se o caso do pomar de sequeiro. A amêndoa não tem mercado desde há muito, pelo que as árvores estão abandonadas e envelhecidas ou mesmo decrépitas, improdutivas. O figo está numa situação muito semelhante à amêndoa. São conhecidas, mais recentemente, algumas oportunidades em torno do figo, mas associadas ao figo em fresco, com exigências totalmente distintas e longe das possibilidades existentes no quadro do sistema agroflorestal em causa. A alfarroba tem experimentado grandes variações de preço, e o seu valor tem sido essencialmente suportado pelo valor da grainha sendo, apesar de tudo, a única produção que gera alguma receita. A azeitona, dada a proximidade de alguns lagares e o modo tradicional do seu funcionamento (maquia), ainda permite a muitos são-brasenses o “capricho” de utilizar o seu próprio azeite o que, de um modo geral, é pouco mais do que “uma força de expressão”, na medida em que serão muito poucos os que produzem quantidade que justifique a laboração separada das suas azeitonas. E serão ainda menos os que terão o privilégio de produzir para vender. Ainda assim, apesar do abandono das árvores e dos reflexos na qualidade do azeite, dos seis lagares que permanecem no Algarve, (dos muitos mais que já funcionaram na região), um localiza-se em S. Brás, dois outros na vizinha Santa Catarina da Fonte do Bispo, um em Tavira e o outro em São Bartolomeu de Messines, ou seja, todos num raio bastante curto.

Quanto às “*culturas de chão*”, já muito pouco se praticam. Os animais, para além exigências em mão-de-obra ou, no mínimo, de presença humana, já não dispõem de abundância de alimentação, o que obrigaria à compra de rações, e corresponderia à sua “externalização” do sistema. Por outro lado, a sua venda em vivo não se pratica nem seria compensadora, e a venda de carne tem exigências quase

insuperáveis na pequena escala. “Matanças de porco” já serão poucas, e a tradição do “galo caseiro” poderá ter dificuldade em perdurar. Note-se como o “económico” e o “social” vêm de par.

E, o que se passa com o “*pomar de sequeiro*” no Barrocal de S. Brás, passa-se também com o seu “*montado*”, na Serra, por razões idênticas. As dificuldades serão até maiores, uma vez que o sistema, embora seja igualmente multifuncional, não terá tanta versatilidade, e o seu enquadramento revela maior interioridade, menores oportunidades e maiores dificuldades demográficas. Se do primeiro resta pouco mais do que a alfarrobeira, do segundo resiste o sobreiro e a azinheira, duas espécies florestais que, por si só, e pela sua decrepitude, não sustentam a sobrevivência dos sistemas. Continuam, porém, a ser estas as principais espécies na composição do espaço arborizado.

Mas, para além dos produtos produzidos pelo “sequeiro” e pelo “montado” que se enunciaram, há todo um outro conjunto de bens e serviços que estes sistemas produzem e que são, literalmente, “oferecidos”, ou seja, pelos quais os seus produtores não são compensados. Embora produzidos na esfera do privado, estamos face a “*bens públicos*”, insuscetíveis por isso de divisão e cobrança aos seus consumidores. Exemplos disso, são bens como:

- a proteção dos solos contra a erosão, e dos recursos hídricos contra a poluição;
- a fixação do carbono;
- a regulação do clima;
- a biodiversidade que sustentam;
- a beleza e qualidade da paisagem que geram, da qual todos beneficiamos, e que aproveita, em particular, a restaurantes, unidades hoteleiras e todo o tipo de atividade turística, de recreação, ou ligada à saúde, que possa tirar benefício direto desse fator;
- a fauna bravia cinegética, quantas vezes prejudicial ao proprietário direto, mas de cuja existência tiramos benefício, em geral, para além de se traduzir num benefício diretamente apropriável para alguns, em particular.



Contrariamente aos enchidos, ao mel, ao medronho, aos licores, aos doces feitos com massas de amêndoa provenientes das variedades presentes no “nosso pomar”, aos “figos cheios”, à azeitona britada, ao pão de alfarroba, ou ao artesanato de cortiça ou cestaria de vime, os “bens públicos” não podem ser vendidos na Feira da Serra. Eles são hoje a própria Feira da Serra e uma boa parte da componente laica da Procissão das Tochas, como foram no passado o *Sanatório* e a *Pousada* e deles depende o futuro do **sabor de viver em S. Brás, bom ou mau**.

A manutenção do equilíbrio destes sistemas é muito difícil, em particular em períodos de perturbações na disponibilidade de fatores ou, posto de outra maneira, em períodos de alterações tecnológicas rápidas e de reajustamento de preços relativos. Se ocorre a sobre exploração de qualquer das componentes específicas, seja agrícola, florestal, pecuária, cinegética ou qualquer outra, põe-se em causa não só essa componente, como também as restantes e todo o sistema.

A degradação sucessiva, mais ou menos rápida, destes sistemas, põe também em causa a oferta destes bens. O não tratamento das árvores (ausência de podas) leva ao seu envelhecimento e falta de produtividade, esta agravada por sua vez pela inexistência de culturas no subcoberto, que levam ao desenvolvimento de vegetação indesejada, concorrente, não combatida pela ausência, ou menor carga, animal.

O número de cabeças normais por unidade de SAU, é (em 2009) de 0,04 o mais baixo da região, sendo sobretudo os ovinos que ainda sustentam o valor do indicador.

A invasão dos matos (da esteva e do sargaço na Serra, da daroeira e do carrasco no barrocal), antecede o verdadeiro matagal, o abandono definitivo, a ruína, e o fogo, como experimentámos em 2004 e 2009, só para mencionar escalas maiores. Os incêndios florestais não se traduzem unicamente em perda de ativos, armazéns, animais, plantações, tratores e alfaías. Mais do isso, é perda de solos, degradação da qualidade da água e, pior, incapacidade ou falta de vontade para recomeçar...

Tudo resulta, em última análise, da diminuição da presença e intervenção humana no âmbito da agricultura, sobretudo da diminuição da população agrícola familiar. De um modo geral, todos os sistemas tradicionais, por todas as razões e pelas dificuldades de mecanização, necessitam de disponibilidades de mão-de-obra, pelo que são incompatíveis com a sua ausência, como ocorre da Serra, ou

com o seu elevado custo, como acontece no Barrocal. Os índices de mecanização observados em São Brás de Alportel, medidos pela percentagem de explorações com trator, situam-se nos 38,4%, correspondendo a uma dos mais baixos da região (só Alcútem, Castro Marim e Monchique exibem valores inferiores).

### Cultura da Vinha

Uma cultura que merece ser referenciada no sequeiro de S. Brás, é a da vinha, cultura com assinatura mediterrânica e longa tradição, tanto no Algarve como em S. Brás. Apesar da sua importância, ou talvez por isso, tem sido uma cultura “atrilhada” na sua história mais recente.

Depois do oídio na década de 1850, da filoxera e da Campanha do Trigo (a que resistiu), a vinha teve ainda de enfrentar, a partir da década de 1960, a concorrência do turismo e da construção, com quem disputou recursos.

A filoxera, doença surgida no Douro, no final da década de 60 do séc. XIX, apesar de confinada longo tempo, acabou por progredir para sul<sup>10</sup>. Em 1902, José de Almeida Coelho de Bivar, Agrónomo do Distrito de Faro, constatou a sua presença generalizada nas vinhas da vizinha Moncarapacho, o que entendia colocar em perigo o futuro dos então reconhecidos vinhos da Fuzeta. Se a situação era assim grave na freguesia vizinha, onde os solos são arenosos e menos propícios ao desenvolvimento da doença, pior teria sido em S. Brás de Alportel, com solos mais calcários.

Apesar de se propagar rapidamente, antes da morte da planta, a filoxera levava ao aumento de encargos com a cultura (tratamentos), à quebra gradual de produções, à redução da qualidade da uva e do vinho. A doença não terá tido, por isso, um impacto drástico imediato, através do desaparecimento das vinhas, embora os seus efeitos, negativos e irreversíveis, não tenham deixado de se fazer sentir e notar desde o seu início. O processo de asfixia da planta inicia-se pela sua raiz, pelo que o efeito da doença causada pelo inseto leva a que as perdas de rendimento antecedam os impactos na ocupação do solo.

---

<sup>10</sup> A “Região sul”, no contexto da época, correspondia a Portalegre, Évora, Beja e Faro. As outras regiões eram: Norte Litoral (Viana, Braga e Porto); Norte Interior (Bragança, Vila Real, Viseu e Guarda); Centro Castelo Branco, Aveiro, Coimbra e Leiria); e Estremadura (Santarém e Lisboa).

Seria o início do processo de perda de importância da cultura da vinha no concelho, que haveria de culminar com a Campanha do Trigo, e a reconversão de áreas de cultivo para o trigo, levando ao posterior empobrecimento dos solos.

A falta de alternativas para o papel desempenhado pela vinha levou então, à época da sua redução mais pronunciada, a dificuldades económicas de muitos agricultores, à emigração que aumentava gradualmente com destino ao Brasil, ao despoletar de crises locais, a dificuldades nas finanças públicas e na balança comercial que teriam de vir obrigatoriamente associadas à crise de uma cultura com grande peso nas exportações.

Mas, curiosamente, foi o turismo, mais do que o ódio ou a filoxera ou a Campanha do Trigo, que levou a maiores reduções na cultura, ao nível da região. Diferentes adegas cooperativas de capacidade apreciável, em Tavira, Lagoa, Portimão e Lagos, deram lugar a uma Adega Única (em Lagoa) que luta, com dificuldade pela sua sobrevivência. Entretanto, mais recentemente, ainda mais curiosamente, por impulso do próprio turismo, o sector parece querer renascer, através de uma nova geração, mais “*aristocrata*”, de pequenos produtores, muitos estrangeiros, e de “*vinhos de quinta*”.

O que se tem passado com a cultura da vinha ao longo do tempo, é bem revelador de como ela tem fatores de afirmação que excedem o estrito domínio do económico, e lhe permitem manter uma posição relevante em “contexto de perda”.

Comparando em termos de superfície, constatamos que entre as operações censitárias de 1999 e 2009 a vinha passou de 43 para 22 hectares. Porém, uma análise complementar, revela-nos que a percentagem de explorações com vinha entre as que têm culturas permanentes na sua SAU, passou de 12% para 20%. E, se os 43 ha representavam 3% da área de SAU em culturas permanentes, os 22 ha de 2009 representam 2%. Considerando a escala da freguesia, olhando em redor, S. Brás tinha em 1989, a menor área de vinha de todas as freguesias. Curiosamente, em 2009 em nenhuma freguesia é excedida a área de S. Brás, nem mesmo Santa Catarina ou Moncarapacho (antes da união com a Fuseta). Isto permite concluir que, mesmo em perda a vinha continua a ser uma cultura especial, só ultrapassada pelas fruteiras regadas e pelo pomar tradicional de sequeiro.

Sublinhe-se que o sul de S. Brás integra a *Denominação de Origem Tavira*, sub-região da *Indicação Geográfica Algarve*.

Mantendo a tradição, muitos são-brasenses, tendo embora abandonado a produção de uva, ainda hoje *fazem gosto* em produzir o seu vinho (para autoconsumo e “consumo social”), com uva adquiridas na região, ou no Alentejo. Muito recentemente, seguindo o que já se verificou em Loulé (Tor), foram solicitadas e concedidas autorizações para novas plantações, estando também prevista a construção de uma adega. S. Brás procura assim integrar este renascer da região vitivinícola, através dos “*vinhos de quinta*”, fazendo-se representar no mercado através deles.

Num trabalho de recolha de variedades de vinha presentes na região, conduzido pela Direção Regional de Agricultura do Algarve, sob a coordenação do Instituto Superior de Agronomia, projeto que se designou por “*Sulcastas*”, confirmou-se a presença, em Tavira, assim como no Barlavento, de uma casta com origem no **Moscatel de Alexandria**, a “*heptaquilo*”, uma das castas mais antigas a partir da qual se produz vinho. Com diferentes designações<sup>11</sup>, a casta aparece em vários locais da região, e estaria presente certamente em S. Brás de Alportel, a tradição mediterrânica e o significado religioso e político da cultura não deixaram de se fazer sentir, tanto na maior como na mais pequena agricultura.

### Natureza das Explorações e a População Agrícola Familiar

Falar na diminuição da presença e intervenção humana, como antes se fez, culpando-a de parte substancial das dificuldades da agricultura de S. Brás parece abusivo ou até mesmo contraditório, em especial num território onde os censos mostram que ela tem aumentado. S. Brás contrasta, em termos de dinamismo sociodemográfico, com os territórios vizinhos, sobretudo na década de 1991-2001, mas que se manteve para além da década.

Porém, atentemos no número e na natureza das explorações agrícolas presentes no concelho. Em 2009 existiam 420 explorações, menos de metade das 945 existentes em 1989, como antes se sublinhou. Da totalidade das explorações existentes, nenhuma adota a natureza jurídica de sociedade, e só três assumem o arrendamento como forma de exploração. Naturalmente que, o facto de serem

---

<sup>11</sup> A casta, que aparece referenciada com designações como “três *camadas*” em Cachopo, ou “*D. Marta*” em Vale Formoso, ou “*Romana*” no Barlavento, e certamente outras noutros locais, está incluída na coleção de variedades existentes na Estação Agrária de Tavira, da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve.

da responsabilidade de produtores singulares, não impediria que dispusessem de mão-de-obra contratada. Tal, porém, não acontece. Conta-se por oito o número de elementos que constituem a mão-de-obra agrícola permanente não familiar, e por 165 elementos a mão-de-obra agrícola familiar (incluindo produtor, cônjuge e outros membros da família)<sup>12</sup>. Apesar disto (de recorrerem a pouco trabalho contratado), a percentagem de produtores singulares com atividade a tempo completo na exploração é só de 3,3%, e a idade média de todos (os que estão a tempo completo e os restantes) é de 70 anos, superior em três anos à da média do distrito, em 2009.

De 1989 para 2009, a população agrícola familiar reduziu-se (em 1.635 pessoas), uma redução de mais de 60% do seu número em 89. Em período quase idêntico, coincidente com as operações censitárias relativas à população, a população total cresceu 3.136 habitantes, para 10.662, ou seja um crescimento superior a 40%. Enquanto em 89 a população agrícola familiar representava cerca de 35% da população total, passou a ser de 9% no final da primeira década deste século.

O peso social da agricultura no concelho (em 2009) pode ser-nos dado pelo número de indivíduos que compõem a agricultura familiar que é 956, dos quais 417 são produtores singulares. As 417 famílias representam 3,9% da população do concelho. É esta população que é responsável pela “gestão” de 1/3 da superfície total do território do concelho, se considerarmos unicamente a superfície das explorações, ou por mais de 90% se acrescentarmos a área florestal<sup>13</sup>. Enorme responsabilidade para população tão escassa e tão idosa!

A evolução da população e das características do povoamento de S. Brás sofreu, na sua história mais recente, alterações significativas, cujas consequências estarão ainda, não só por avaliar, como mesmo por se fazer sentir na sua plenitude. A população de S. Brás passou da condição tradicional de sazonalmente emigrante para procura de trabalho no seu exterior, para “diariamente” imigrante para procura, não de trabalho, mas de habitação no seu interior. Os receios relativamente a esta nova realidade, estão bem expressos no *Diagnóstico Social de*

---

12 População agrícola familiar corresponde ao conjunto de pessoas que fazem parte do agregado doméstico do produtor singular, quer trabalhem ou não na exploração, bem como de outros membros da família que não pertencendo ao agregado doméstico, participam regularmente nos trabalhos agrícolas da exploração.

13 Contrariamente às áreas onde predomina o eucalipto, onde é maior a percentagem de propriedades exploradas por empresas, no concelho a floresta é predominantemente detida por “singulares”.

**Concelho** (2006)<sup>14</sup> que alerta para o facto de S. Brás se poder transformar numa “vila dormitório”, e das dificuldades de gestão municipal que tal pode acarretar, assim como dos efeitos “identitários” que pode vir a ter.

A emigração sazonal, de maior ou menor duração, precisamente por ser sazonal, caracterizava-se pelo regresso. Era o caso das campanhas agrícolas para o Alentejo, ou da extração de cortiça, ou da horticultura e do turismo e construção (depois dos anos 60), com destino ao litoral. No caso de destinos mais longínquos, como para a América do Sul na segunda metade da década de 1920, ou para França nos anos sessenta, a ideia de regresso também estava presente. No caso destes ciclos mais longos, e quando os rendimentos potencialmente geráveis eram também maiores, antes do eventual abandono da agricultura, procurava-se adotar um o modelo de exploração que pudesse acomodar essas ausências mais prolongadas, reduzindo a sua intensidade (menos atividades horticolas) e reconvertendo-se para culturas menos exigentes em termos de acompanhamento.

Curiosamente, são muitas vezes os rendimentos no exterior, fora da agricultura, ou seja, é a possibilidade de acesso a outras fontes de rendimento, que permite manter a atividade pobre<sup>15</sup>. A emigração sazonal poderia ter esse efeito, até porque alternativas, como sejam o desenvolvimento de atividades lucrativas não agrícolas na exploração, não mostraram, como não mostram ainda hoje, estar presentes no concelho. O Recenseamento Agrícola não detetou, em 2009 (já com atualização de dados em 2011), uma só exploração em que essas atividades estivessem presentes. Em Tavira, por exemplo, elas ocorriam em 201 explorações, e em Loulé em 169<sup>16</sup>.

É, portanto, verdade que a população do concelho aumentou. Mas não basta que haja mais população. É necessário que essa população tenha raízes na terra e/ou

---

<sup>14</sup> Escreve-se, a dado passo, no referido documento, que os novos habitantes de S. Brás “*vêm mais à procura de habitação do que de trabalho*”, sublinhado duas realidades: uma, a de que é maior a mobilidade inter do que intra concelhia; outra, a de que a capacidade de atração de residentes, não encontra paralelo na capacidade de absorção de ativos.

<sup>15</sup> Não é totalmente sem razão que se associa a agricultura à “arte de empobrecer alegremente”.

<sup>16</sup> O INE considera um leque de atividades que inclui o turismo rural, o artesanato, a transformação de produtos agrícolas, a produção de energias renováveis, a prestação de serviços, a produção florestal ou a produção de madeira.

que haja (ou se desenvolvam) vínculos que a ela a liguem, para que rendimentos gerados fora da agricultura possam ser também para ela canalizados e, ao mesmo tempo, que a própria agricultura gere rendimentos que justifiquem o interesse por ela. Será mais difícil que a “imigração pendular” possa vir a ter um papel neste domínio, mas não será uma ideia a abandonar.

Não será impossível pensar numa reaproximação da população atual da agricultura e na reconstituição de uma “*nova agricultura familiar*”, não na base de uma agricultura “*produtiva*” ou produtora de bens alimentares, donde se tem vindo sucessivamente a afastar devido à globalização, mas na base da produção dos tais bens públicos, com funções ambientais, a que antes aludimos. Lembre-se, a este propósito, que metade da área do concelho se situa no “*Sítio do Caldeirão*”<sup>17</sup>.

### Distribuição das Explorações Existentes por Classes de Área

Justifica-se também a inclusão de umas linhas sobre a distribuição das explorações existentes por classes de dimensão.

Já antes foi referido que a área média das explorações passou de 2,8 ha em 1989 para 7,3 ha em 2009, em resultado de um movimento conjunto de redução do número de explorações e de aumento de SAU.

Como também se referiu, as características “florestais” e de pecuária extensiva do *montado*, presentes na Serra, requerem maiores dimensões de exploração, quando comparadas com as do *pomar de sequeiro* do Barrocal.

Ao mesmo tempo, e em sentido contrário, o predomínio da “agricultura familiar” que antes analisámos, permite antecipar uma certa prevalência da “pequena agricultura”<sup>18</sup>, e assim acontece. De facto, as explorações com área inferior a 5 ha são 294 (70% do total) e ocupam uma área de 620 ha (20% da superfície total)

---

17 Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/00, de 5 de julho.

18 Agricultura familiar e pequena agricultura são conceitos distintos. Porém, via de regra, uma e outra vêm associadas.

SAU por Classes de Área - S. Brás de Alportel

Classes de Área (ha)	2009		1999		1989	
	Número Explorações	SAU (ha)	Número Explorações	SAU (ha)	Número Explorações	SAU (ha)
Até < 1	41	29	142	83	300	184
1 a < 5	253	594	328	826	534	1.195
5 a < 20	94	807	83	694	100	829
20 a < 50	23	660	6	152	9	292
≥50	9	983	2	...	2	...
	420	3.073	561	1.867	945	2.699

Fonte: INE, Recenseamentos Agrícolas

Por outro lado, 53,5% do total da Superfície Agrícola Utilizada é representada por 7,5% das explorações agrícolas com área igual ou superior a 20 ha. Serão, portanto, estas pouco mais de 30 explorações onde é maior a componente florestal e também pecuária.

Também, historicamente a pequena exploração tem predominado no concelho. A estrutura de propriedade existente em finais do séc. XIX, será muito semelhante à que hoje se verifica. As alterações de estrutura fundiária que antes possam ter ocorrido, datarão dos primeiros anos do século XVIII, altura em que se iniciou a venda dos bens da coroa. Os elementos base para a definição dessa estrutura, tanto no concelho, como no Algarve e mesmo no país, terão decorrido da **Carta de Lei de 15 de Abril de 1835**, que determinou a venda em hasta pública de todos os “*bens nacionaes*”.

A **Carta de Lei** deu continuidade à venda dos bens da coroa encetada em 1798, com a desamortização dos bens expropriados à família real, às ordens religiosas e militares, de conventos, colégios, seminários, etc. No distrito, foram extintos 28 conventos, colégios, eremitérios e hospícios<sup>19</sup>, pelo que não terá sido desprezível

19 MARADO, Catarina 2007.



vel o número de prédios rústicos que integraram a relação dos “*Bens Nacionais*” resultado daquela extinção, para além de outras origens que tenham fornecido prédios rústicos a esse processo de transação.

Nesta fase terão também sido “desamortizados” os bens expropriados à extinta *Casa das Rainhas*, em cujo património se integrava S. Brás de Alportel.

Este massivo processo de transferência de propriedade não é bem conhecido em todas as suas vertentes e em todas as suas mais profundas e duradouras consequências em termos económicos e sociais. Concordam os estudiosos que permanece muito por esclarecer sobre o modo como eram feitas as inventariações e avaliações, sobre quem efetivamente adquiriu as propriedades em venda, os efeitos sobre a concentração ou dispersão da propriedade, sobre qual ou quais as origens dos capitais que financiaram as operações, sobre doações envolvidas, bens excecionados e seu destino, a abolição de foros, e muitos outros aspetos. Relativamente a este último, Silva Lopes<sup>20</sup> refere que algumas das grandes propriedades eram «*aforadas em grosso, e subaforadas em courelas ou traços, de sorte que poucas pessoas ha que deixem de possuir hum pedaço de terra ou fazenda, ou hum casa em que morem. Restão ainda outros, que bem conviria se repartissem em foros, assim como alguns bens nacionais: quanto mais cedo esta medida tiver logar, mais prosperará o país*».

Segundo descreve Teggarrinha 2002<sup>21</sup>, o tipo de bens que geravam maior interesse nestas transações, eram aqueles que tinham hortas, vinhas e/ou oliveiras, assim como lagares, adegas, moinhos ou azenhas. Era neles que os preços de arrematação mais se afastavam dos de avaliação, embora refira também que Faro se incluiria entre os distritos onde o interesse pelas hastas públicas terá sido menor.

A dificuldade em vender propriedades de grande dimensão, terá levado não só a que se separassem bens móveis de imóveis, como partes urbanas de partes rurais dos prédios, como mesmo que se fragmentassem as componentes rurais. Sucede ainda que, à época, estava associada à grande propriedade, uma noção de ineficiência na utilização dos fatores de produção, assim como uma ideia de resistência à inovação e ao progresso técnico. Pelo contrário, junto à pequena propriedade vinham as noções de melhor aproveitamento de recursos, de

---

20 SILVA LOPES, João Baptista da, *Corografia ou Memória Económica. Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, [1841], 1.º vol. Algarve em Foco Editora 1948.

21 TENGARRINHA, José 1993.

racionalidade económica, de aproveitamento mais intensivo, ideia que é também politicamente atraente, como se percebe da passagem que acima se transcreveu.

Uma coisa será certa. No Algarve não se haviam instalado grandes propriedades reais (reguengos), nem por cá, com exceção dos Templários em Castro Marim, se haviam disseminado ordens religiosas militares, nem na região abundam extensas e férteis planícies nem, nas suas zonas mais povoadas (barrocal e litoral), existe uma densidade populacional suficientemente baixa que force a adoção de modelos de exploração que reflitam a escassez de mão-de-obra. Já na serra, estão presentes modelos de exploração ligeiramente diferentes, mais extensivos, com aumento da sua área florestal e de incultos e pousios.

Embora em número reduzido, não deixaram de se constituir algumas grandes propriedades, e grandes proprietários, no Algarve. Aparecem em áreas de solos menos acidentados, em zonas de menor pressão populacional, onde historicamente se situaram, ou resultaram de aquisições múltiplas pelo mesmo proprietário no período da extinção do regime senhorial e da desamortização. É o caso de grandes propriedades em Vila do Bispo, em Portimão, em Tavira ou em Vila Nova de Cacela, por exemplo. Mas não será o caso de S. Brás de Alportel, onde a reestruturação fundiária e a maior dimensão de algumas propriedades, normalmente associadas ao “montado”, estará talvez menos associada ao agitado período histórico a que se fez referência do que às suas raízes mais longínquas no «maquis», na introdução da pecuária e na baixa densidade do seu território.

## CONCLUSÕES

S. Brás de Alportel, no coração do Algarve, reflete muitas das características da região, em particular do seu interior, do seu barrocal e até da sua serra. Partilha grande parte dos seus aspetos distintivos, que lhe definem a personalidade, experimenta as tendências a que a região tem estado sujeita, as suas fragilidades, a precariedade dos seus equilíbrios.

A sua agricultura e a ocupação do seu solo têm também muito de comum. A redução do número de explorações e o aumento da sua área média, o predomínio da agricultura familiar, o seu peso económico e social e as suas dificuldades crescentes, as dificuldades do setor em aceder aos estímulos que têm sido concebidos.

O elemento fundamental dos sistemas que moldam a maior parte do território, o pomar de sequeiro e o montado, é a presença humana. Até prova em contrário, são também estes sistemas que alimentam grande parte dos aspetos que definem a região, e os mais capazes de garantir a conservação da natureza, do ambiente, da paisagem. É a sua presença (do homem) e a sua intervenção permanente que os mantém; é a desertificação que os corrói. O interior do Algarve não é um pristino santuário, é o resultado de intervenção humana. Os sistemas agrários tradicionais estão em rutura por terem perdido parte das suas componentes, por razões económicas.

Já hoje se faz uma distinção entre "*floresta de proteção*" e "*floresta de produção*". Também na agricultura existe uma "*agricultura de proteção*", mas ainda muito pouco valorizada e apoiada. É urgente integrar estes sistemas numa visão moderna da agricultura e do rural, e de lhe assegurar mecanismos que os preservem e promovam. A ciência e a técnica conseguem transformar em bem sucedidas produções completamente "*alheias aos seus enquadramentos*", que exigem fluxos migratórios improváveis e impõem elevados custos de escoamento. Algum esforço de investigação, dedicação técnica e recursos financeiros, terão também de ser canalizados no sentido incorporar elementos de sucesso nos sistemas que sabem "*respeitar os seus enquadramentos*".

S. Brás não é, historicamente um território importante, sendo que essa importância histórica, num território do interior, decorre normalmente da existência de um subsolo rico e apto para a exploração mineira, numa situação estratégica do ponto de vista de vias comunicação, de penetração para o interior, de ligação

entre centros, ou de interesse militar, ou da generosidade dos seus solos para a agricultura. A qualidade de via de penetração para o interior e de ligação entre Faro e Lisboa, foi efémera (durou enquanto durou a importância da N2). Deste ponto de vista, quer o Vale do Guadiana, quer o corredor S. B. de Messines – S. Marcos (intervalo entre os dois maciços do Algarve), apresentam vantagens adicionais, e a estrada militar Castro Marim - Sagres foi desenhada mais junto ao litoral. Embora geograficamente perto da cidade mais importante da região, Ossonoba, S. Brás pouco terá beneficiado dessa boa localização, pois a região perdia também em termos de potencial agrícola com as zonas vizinhas situadas nos atuais concelhos de Loulé e Olhão.

Porém, S. Brás não é um concelho isolado por força das acessibilidades que tem. Embora menos do interior (Barranco do Velho, Cortelha, Ameixial, Almodôvar), o que também será importante para que possa manter um papel importante como via de penetração, aproximou-se muito de Faro, Loulé, Tavira, Olhão, e continua a apostar nas acessibilidades e na mobilidade dos seus residentes.

Hoje, por outras razões, e outros atrativos, S. Brás parece beneficiar da sua localização face à capital do distrito e aos territórios que a circundam. Tem mostrado ser um concelho especial, um espaço de transição que reflete as características do seu território e dos territórios vizinhos, mas que tem sido capaz de manter a sua ruralidade num contexto de forte crescimento urbano.

S. Brás “recusou” ser importante, no passado, com base na extração dos seus inertes, como efémero ponto de passagem, como “arredor” produtivo de centro hierarquicamente mais importante. O desafio que se coloca agora é o de, sabendo que o tempo não volta para trás, reabilitar ou “reprojetar” os seus sistemas dominantes, reaproximar a sua população do “rural”. A importância histórica está-lhe reservada, no futuro, para a valorização e exploração sustentada dos seus recursos endógenos e dos da região que lhe confere identidade (a Beira Serra), centrada sobre uma visão moderna do papel da agricultura e do rural, e sobre as pessoas que a têm, ou que a adotaram, como sua terra.

Faro, junho 2019

## BIBLIOGRAFIA

CAETANO, Mário e IGREJA, Cristina e MARCELINO, Filipe e COSTA, Hugo, *Estatísticas e dinâmicas territoriais multiescala de Portugal Continental 1995-2007-2010 com base na carta de uso e ocupação do solo (COS)* Direcção-Geral do Território, Lisboa 2017.

CARMO, Renato Miguel e, SANTOS, Sofia *Os Perfis Territoriais do Algarve: Análise Sociodemográfica* Finisterra, XLVI, 91, 2011, pp. 67-85.

CARVALHO, J. H. Brito de *O Sequeiro Algarvio – Actualidade e Perspectivas* Comunicação apresentada ao *Ciclo de Mesas Redondas Pontes entre Algarve e Andaluzia* Edição IN LOCO, Faro 1992.

CATARINA, Marado *Do sagrado ao profano: o processo de atribuição de novos usos às extintas casas regulares do Algarve* Universidade do Algarve, 2007.

CCDR Algarve *Relatório do Estado do Ambiente [ALGARVE] 2003* INAG, Faro.

Conselho Local de Ação Social de São Brás de Alportel (CLASBa) *Diagnóstico social do concelho de São Brás de Alportel* (2006).

FREITAS, Eduardo e FERREIRA, Vitor Matias *A Serra do Caldeirão – Roteiro Sócio-Cultural* Edição IN LOCO, Faro 1999.

Martins, Conceição Andrade *A Filoxera na Viticultura Nacional* Análise Social, Vol. XXVI (112- 113), 1991 (3.º - 4.º), pp 653-688.

MENDES, Américo M. S. Carvalho *A ECONOMIA DO SECTOR DA CORTIÇA EM PORTUGAL.*

*Evolução das actividades de produção e de transformação ao longo dos séculos XIX e XX* (Documento de trabalho) Versão revista de texto apresentado na reunião de trabalho da Acção Integrada Luso-Espanhola sobre "O sector da cortiça na Península Ibérica", Dez 2001 Universidade Católica Portuguesa Faculdade de Economia e Gestão, Porto 2002.

RODRIGUES, Joaquim Manuel Vieira *O Algarve e a Grande Guerra – A Questão das Subsistências (1914 – 1918)* Dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2010.

ROLO, J.A. Cabral e COELHO, I. Seita *A(S) AGRICULTURA(S) ALGARVIA(S) – Contributo para a sua Caracterização no Início dos Anos 80* vol. I e II Departamento de Estudos de Economia e Sociologia Agrárias do INIA, CCDR Faro, 1988.

ROMÃO, Daniel A. Borralho *Alterações do uso e ocupação do solo e seus efeitos no fornecimento de serviços de ecossistemas. Caso de estudo do Algarve* Dissertação Mestrado, Instituto Superior Agronomia, Lisboa 2017.

SILVEIRA, Luís Espinha *Venda de bens nacionais, estrutura da propriedade e estrutura social na região de Évora na primeira metade do século XIX* Análise Social. vol. XXVI (112-113), 1991 (3.º- 4.º), pp. 585-612.

TENGARRINHA, José *Venda dos bens da coroa em 1810-1820: os reflexos de uma crise nacional* Análise Social, vol. XXVIII (122), 1993 (3.º), pp. 607-619.





**Ezequiel de Almeida Pinho** (1953), é natural de Estarreja, residente em S. Brás de Alportel, licenciado (76) em Economia pelo ISE, com Mestrado (87) em Economia Agrícola e Sociologia Rural, pela Ohio State University (EUA)(87).

No Ministério da Agricultura desde 1977, é Técnico Superior na Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve onde tem exercido vários cargos de chefia.



Fotografia: Câmara Municipal de São Brás de Alportel